





Paris-Lisboa: o autocarro da liberdade

Foi a viagem das nossas vidas, do exílio ao país que tínhamos deixado. Memórias de 1800 quilómetros na estrada rumo ao primeiro 1º de Maio livre em Portugal

M

esmo com alguns lugares vagos, o autocarro saiu à hora marcada. Eram 22h. Filipe levava um pequeno farnel, com “uma garrafa de água, uma sanduíche e uma peça de fruta”. A primeira paragem, ao fim de cerca de 600 quilómetros, foi em Bordéus, já com o sol a subir no horizonte. Um novo motorista, também francês, pegou no volante. Faltavam duzentos quilómetros para chegar a Hendaye. A seguir começava a Espanha e uma nova etapa de 600 quilómetros até Vilar Formoso.

Estávamos juntos pela primeira vez, a caminho de uma inesperada revolução. Alguns pertenceriam a grupos políticos rivais, outros não faziam parte de qualquer grupo e a maioria nem sequer se conhecia. Partimos de Paris a 29 de abril à noite, a última oportunidade de participar no primeiro 1º de Maio livre celebrado em Portugal. Isto passou-se em 1974. Metade da atual população portuguesa ainda não tinha nascido.

“Havia uma grande expectativa”, recorda Carlos Ventura. A 1800 quilómetros de distância e após vários anos de exílio, “ninguém sabia bem o que se estava a passar”. Telefonar para Portugal era caro e difícil, não havia ligações diretas. “Comunicar com Lisboa, às vezes, era um drama”, diz o embaixador Filipe de Albuquerque, na altura cônsul-adjunto em Paris.

O autocarro para o histórico 1º de Maio tinha sido alugado por Adolfo Ayala, um veterano da resistência antifascista que fora secretário do general Humberto Delgado. Nascido em 1912, preso pela primeira vez na década de 1930, Ayala podia ser pai de qualquer dos passageiros. José Teles, com 32 anos, era talvez o mais velho do grupo. Carlos Ventura e o autor desta reportagem tinham 25 anos; Filipe Rosas, 29. No total, éramos pouco mais de vinte; trinta, no máximo. Viajávamos apenas com bilhete de ida, sem outra bagagem além de uma pequena mochila ou de um saco. Não íamos de “vacanças”, nem sabíamos o que nos esperava.

Os que haviam desertado ou faltado ao serviço militar recebiam ser presos e incorporados à força no Exército. Quem dirigia agora Portugal era uma



TEXTOS
ANTÓNIO CAIIRO



ARQUIVO EPHEMERA, DE JOSÉ PACHECO PEREIRA

EXÍLIO O homem que alugou o autocarro, Adolfo Ayala, à esquerda, com Palma Inácio, ao centro, em França, em 1973

Junta de Salvação Nacional presidida por um general de monóculo e feições autoritárias chamado António de Spínola. Temendo o pior, alguns saíram a meio.

A “grande expectativa”, referida pelo Carlos, começou quatro dias antes, quando a France Inter e a Europe 1 anunciaram “Coup d’État au Portugal”. Era uma quinta-feira, 25 de abril, início da manhã. Hora a hora, aquelas rádios repetiam a notícia: golpe de Estado em Portugal. Em Portugal?! Isso só costumava acontecer em países de África ou da América Latina. Ao princípio da tarde, saiu o jornal “Le Monde”, com mais pormenores: “Por entre as aclamações da multidão, um movimento das Forças Armadas toma o poder em Portugal”. Uma manchete de duas linhas, a toda a largura da primeira página.

Após quase meio século de ditadura, um país que raramente era notícia passou a abrir os noticiários. Em França e pelo mundo fora. Spínola seria até capa da “Time”, um destaque dado apenas a Salazar, em 1946, quando a revista norte-americana qualificou o chefe do Governo português como “decano dos ditadores”.

Entre os exilados, “havia os céticos, os cautelosos, os que não confiavam em militares e sobretudo em generais como Spínola”, escreveria mais tarde o historiador Fernando Pereira Marques. Militante da LUAR (Liga de União e Ação Revolucionária) que já tinha sofrido três anos de prisão em Portugal, Pereira Marques fazia parte do último grupo.

Ouvida em onda curta, num aparelho de rádio barato, a voz de Spínola tinha sido um balde de água fria. As primeiras imagens da Junta de Salvação Nacional também não eram muito animadoras. “Aqueles figuras fardadas, de óculos escuros, recordavam-nos situações semelhantes de outros golpes militares noutros continentes”, escreveria um antigo exilado em 2016. É uma visão sentida, mas desfocada pela ideologia: dos seis militares que apareceram na madrugada do dia 26 na televisão portuguesa, metade dos quais à civil, apenas dois usavam óculos, e não eram escuros.

O primeiro “compromisso” assumido pela junta militar perante as câmaras da RTP — “garantir a sobrevivência da nação como pátria soberana no

seu todo pluricontinental” — lembrava a retórica do antigo regime. (No dia seguinte, num encontro com diretores dos jornais, Spínola precisaria as suas ideias acerca da questão colonial: “Não se deve confundir autodeterminação com independência. Não nos esqueçamos que, se aqui já há elites preparadas, no ultramar não”). Mas dois dias antes, quando o sucessor de Salazar, Marcello Caetano, ainda estava no poder, o resto da curta proclamação lida pelo general seria um ato subversivo. Além de “permitir a plena expressão de todas as correntes de opinião” e “garantir a liberdade de expressão e de pensamento”, a junta comprometia-se a promover “a livre eleição por sufrágio direto de uma assembleia nacional constituinte e do Presidente da República”.

António Coimbra Martins, professor da Sorbonne e um dos fundadores do recém-criado Partido Socialista, não teve dúvidas: “Em Portugal o exército não pode derrubar a democracia, como fez no Chile, porque de democracia não temos nada”, escreveu o futuro ministro da Cultura num artigo publicado dia 27 em “Le Monde”. Comparado com o sangrento golpe de Estado de Augusto Pinochet, ocorrido sete meses antes, o processo de mudança política em Portugal era o “anti-Chile”, observou um jornalista de “Le Figaro”, Georges Dupoy.

Na extrema-esquerda ninguém devia ler aquele “diário de direita”. Mesmo o respeitado “Le Monde” era considerado um “jornal burguês”... O que estava na moda era a ideia de Revolução, com letra grande. Revolução Socialista, popular ou proletária, à moda de Mao Tsé-Tung, de Trotsky ou de Che Guevara. Nada que ver com eleições por sufrágio direto e disputadas por diferentes partidos.

O ambiente era “extremamente sectário”, afirma Filipe Rosas, na altura dirigente do núcleo local do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), inspirado pela Grande Revolução Cultural Proletária chinesa. Antigo militante do PCP, já preso uma vez pela PIDE em meados da década de sessenta, Rosas estava exilado desde 1971. Segundo conta, uma noite, ao regressar a casa, nos arredores de Paris, dois compatriotas “encapuzados” intimaram-no a alterar a redação de um comunicado em que o MRPP reivindicava a liderança de “uma greve no norte de Portugal” que teria sido promovida por operários ligados a outra organização.

Havia vários grupos maoistas, com nomes parecidos e quase todos com um sufixo comum, “marxista-leninista”, que os distinguiu dos “revisionistas” do PCP e dos trotskistas, considerados “divisionistas” ou “fracionistas”. Estes, por sua vez, chamavam aos outros “estalinistas”. O cartoonista Vasco de Castro, exilado desde 1961, descreveu assim esse universo: “Em Paris, as fronteiras políticas radicalizavam terrivelmente as relações entre uns e outros, todos nos ignorávamos”. Fernando Cardoso, ativista de um daqueles grupos que fugiu para Paris em 1970, concorda: “Sim, havia muito sectarismo. Todos nós achávamos que detínhamos a verdade revolucionária”.

Adolfo Ayala, pelo contrário, “apoiava toda a gente”, realça Pereira Marques. António Aires Rodrigues, outro antigo exilado que conviveu com Ayala, descreve-o como “um homem independente e uma referência, com um sentido ético muito desenvolvido”. Independente e animado por “um otimismo inabalável”, constatou Pereira Marques — no dia 26 “hasteou a bandeira nacional na Livraria Portuguesa e ofereceu cerveja e champanhe às pessoas que lá iam em busca de notícias”.

MANCHETES Portugal foi notícia pelo mundo fora. Qualquer coisa de novo estava a nascer na Europa. A primeira página do “Libération” surge no livro “Nas Bocas do Mundo — o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional”, de Joaquim Vieira e Reto Mónico



“Havia uma grande expectativa.” Àquela distância, e após vários anos de exílio, “ninguém sabia bem o que se estava a passar”. Telefonar para Portugal era caro e difícil; não havia ligações diretas

Fundada no ano anterior, a pequena Librairie Portugaise da Rue Gay Lussac tornou-se um concorrido ponto de encontro e uma fonte de informação. Ficava no Quartier Latin, perto do Mahieu e de outros cafés frequentados por portugueses. Mário Soares, exilado em Paris desde o verão de 1970, era um dos sócios da livraria.

Ceticismo e ideologias à parte, as notícias de Portugal mudaram a vida dos exilados. “Nunca em França se falou tanto de Portugal, se escreveu tanto de Portugal, como após o 25 de Abril”, diria Coimbra Martins. “Dantes, era como se não existíssemos”. Colegas de trabalho e vizinhos passaram a cumprimentar-nos com um sorriso solidário. “Bonne chance” (boa sorte), diziam. Uma estudante de Filosofia, de cabelos ruivos, que conhecia das aulas de Gilles Deleuze na Universidade de Vincennes e com quem tinha falado apenas uma vez, deu-me um beijo: “Vive le Portugal!”.

Estava a nascer qualquer coisa nova na velha Europa. Os mais militantes desataram a contactar outros exilados e a convocar reuniões. Longas reuniões, com

“discussões acesas” e “profundos desacordos quanto à interpretação dos acontecimentos”, registou o correspondente do “Diário de Lisboa”, José Gabriel Viegas. Outro testemunho, assinado por Vasco de Castro: “Discuti-se ferozmente toda a tarde de sábado ou de domingo se deveríamos vir organizados como frente comum e posição unitária... ou não. Para muitos, o que se passava era demasiado inesperado, senão misterioso e, agarrados a velhos conceitos secos como pedrapomes, ficaram-se nas frases feitas dos textos sagrados, aqui de expectativa estupidamente paralisante”.

Numa reunião realizada na residência universitária onde Ayala trabalhava como *veilleur de nuit*, rececionista, “depois de horas e horas a partir pedra, alguém propôs que se alugasse um autocarro para ir até Lisboa e quem quisesse que se inscrevesse”, conta Filipe Rosas. “Organizador nato”, como diz José Teles, Ayala passou imediatamente à ação. “Portugueses, antifascistas, regressai, inscrevam-se”, proclamava o cartaz que afixou à porta da livraria portuguesa.

Júlio Henriques, exilado desde 1969, não se inscreveu: “Eu fazia parte de um coletivo que defendia que não devíamos regressar enquanto a questão colonial não estivesse resolvida”. Joaquim Nunes, militante maoista que tinha fugido para Paris dois anos antes, também regressaria mais tarde: “Houve camaradas que foram logo, mas não sabíamos bem o que estava a acontecer e, para não nos metermos todos na boca do lobo, alguns de nós ficaram, para assegurar a retaguarda”.

José Teles chegou a Paris em 1966, um ano depois de Ayala. Esteve ligado ao CMLP (Comité Marxista-Leninista de Portugal), a primeira organização maoista do país, fundada por dissidentes do PCP, mas depois aproximou-se do PS francês. Recordando o ambiente daquelas longas reuniões pós-25 de Abril, Teles diz que “muitas pessoas tinham vontade de vir, mas ao ouvirem que podiam ser presas ou que estavam a fazer o jogo do Spínola por regressarem assim, sem porem condições, desistiram”.

Muitos outros, com emprego fixo e família, não embarcaram naquela noite por causa das suas obrigações profissionais. Rececionista do Foyer International des Étudiants, Ayala só conseguiria partir três dias mais tarde. “Eu não pude vir logo porque a diretora do Foyer não autorizou. Regressei no dia 3 de maio”, disse o próprio numa rara entrevista, concedida ao Expresso no verão de 1990.

CORRIDA AO CONSULADO

Logo a 26 de abril, o embaixador de Portugal em Paris, Alfredo Lencastre da Veiga, telegrafou para Lisboa: “Consulado-geral informa que vários portugueses que se encontram aqui por desafeição política reclamam passaportes para se deslocarem urgentemente a Portugal”. Era uma sexta-feira. O embaixador não sabia o que fazer: “Rogo vexa instruções urgentes”.

Na segunda-feira, quando dezenas de exilados acorreram de novo ao consulado para pedir um passaporte, os serviços continuavam à espera de “instruções”. Um pequeno grupo, de dez ou doze pessoas, subiu então ao primeiro andar e irrompeu pelo gabinete do cônsul, Filipe de Albuquerque. Era “uma delegação imperativa”, escreveria Vasco de Castro nas suas memórias parisienses, mas “nem chegou a haver discussão”. “Muito rapidamente e sem mais reticências”, o diplomata “convenceu-se a mandar passar os desejados passaportes para todos, e por cinco anos”.

O Consulado de Paris foi o primeiro posto de Filipe Orlando de Albuquerque no estrangeiro. “Eu era

LONGE DE CASA, LONGE DA GUERRA

Quantos portugueses fugiram à guerra colonial? As estimativas acerca do número de portugueses que fugiram à guerra colonial variam muito. Segundo se dizia entre os exilados, havia “100 mil a 110 mil” desertores e refratários espalhados por vários países europeus. Um telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, de 3 de maio de 1974, fala em “cerca de 50 mil” (só em França). Miguel Cardina, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), admitiu ao Expresso que seriam “mais de 30 mil”.

Um estudo recente, realizado por Cardina e Susana Martins, investigadora do mesmo Centro, evidenciou outro número relevante, mencionado pela burocracia militar na categoria de “faltosos”: desde o início da guerra colonial, cerca de 200 mil jovens portugueses não foram sequer à inspeção, feita por regra aos 18 anos de idade. Tecnicamente, não eram desertores nem refratários, o nome dado aos que tinham sido declarados “aptos para o serviço militar”, mas não compareceram no respetivo quartel quando foram notificados para iniciar a recruta, o que acontecia aos vinte anos. “Na década de setenta, os faltosos eram uma grande preocupação das autoridades. Houve anos em que chegaram a constituir 20% dos potenciais recrutas”, diz Miguel Cardina. A contestação à guerra colonial “ganhou também mais visibilidade devido à emergência da extrema-esquerda”, que advogava abertamente a deserção.

No PCP era diferente: os seus militantes deviam cumprir o serviço militar, e até participar na guerra, “sempre com o objetivo de esclarecer os outros soldados”. A orientação manifesta no verão de 1966 pelo jornal “O Militante”, o órgão teórico do PCP, era clara: “O Partido desaprova as deserções individuais dos seus membros, os quais só poderão desertar quando estão em risco de serem presos como consequência da sua ação revolucionária, ou quando acompanharem deserções coletivas”. As “deserções coletivas” mais espetaculares, em 1970 e 1973, respetivamente, envolveram sete tenentes milicianos e cinco marinheiros, e pelo menos a segunda foi organizada na Dinamarca por um comité afeto a um grupo maoísta. “Eu desertei com mais um camarada, e houve mais alguns casos assim, e até com três pessoas, mas na esmagadora maioria dos casos a deserção foi um ato individual”, afirma o designer de Comunicação Fernando Cardoso, presidente da Associação de Exilados Políticos Portugueses, fundada em 2014. Também na Guiné-Bissau — refere Cardina — “houve casos em que vários militares portugueses se apresentaram ao PAIGC” (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e seguiram depois para Conacri e Argel. / A.C.

um caloiro”, recorda o diplomata ao Expresso. “Houve momentos difíceis, mas nunca situações de agressividade ou ameaças. Foi um período interessantíssimo. Ajudou a formar-me como pessoa e como diplomata”, disse.

Em média, a emissão de um passaporte demorava uma semana. Naquele dia, demorou apenas algumas horas. “Os funcionários também queriam contribuir para o avanço do país”, afirmou Filipe de Albuquerque acerca do “empenhamento” do pessoal que trabalhava no Consulado.

Toda a gente estava com pressa. Os títulos dos jornais eram irresistíveis. A 29 de abril, o “Libération”, dirigido por Jean-Paul Sartre, saiu com esta manchete — “PORTUGAL UN CRI: “Liberdade!”

O secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP), Álvaro Cunhal, também foi ao Consulado de Paris requisitar um passaporte. Não pediu para se avistar com o cônsul, nem se misturou com os outros exilados. Ficou a aguardar na rua, dentro de um automóvel estacionado a uma dezena de metros da porta. Só o tinha visto em fotografia, ao lado do general Humberto Delgado — os dois de fato e gravata numa rua de Praga, no início de década de 60. “Revisionista” ou não, era um mito. Antes de se evadir do forte de Peniche, em janeiro de 1960, passou onze anos na prisão, oito dos quais em regime de isolamento.

“É o Álvaro Cunhal, não é?”, perguntei-lhe. “Sou”, respondeu. O líder histórico do PCP estava sentado ao lado do condutor. O olhar era igual ao da fotografia, incisivo. “Acha que vai correr tudo bem em Portugal”, arrisquei. Cunhal não hesitou. “Sim, acho que sim.” Nem ‘tudo’ terá corrido como desejaria, a própria União Soviética que sempre apoiou e o partido que tanto admirava acabou por desintegrar-se, mas isso é outra história.

A CAMINHO DE CASA

Naquele tempo, as fronteiras não eram uma metáfora ou uma linha abstrata: existiam mesmo, com horários e tudo. Em Portugal, entre a meia-noite e as seis da manhã, ninguém podia sair ou entrar no país. “Para chegarmos a tempo decidimos atravessar a Espanha sem parar, a não ser para ir à casa de banho. Lembro-me que propus isso e as pessoas concordaram”, recorda José Teles. O motorista também alinhou. “Os rapazes estão com pressa”, disse-lhe o motorista que ele tinha rendido.

Se parámos em algum restaurante, isso não me ficou gravado na memória. “Já não me lembro onde é que comemos ou se comemos alguma coisa”, diz José Teles. Carlos Ventura, exilado desde 1971, não recorda “nada de especial” acerca da passagem por Espanha: “Nós queríamos era chegar a Portugal”.

“Hoy Portugal, mañana España”, como diziam já os socialistas espanhóis? Talvez. Por ora, a ditadura franquista continuava de pé. Nada de vivas à liberdade. Silêncio. Na fronteira, em Irtún, a expressão dos agentes da Guardia Civil não pareceu propriamente amigável. Os passageiros daquele autocarro também destoavam: não eram típicos emigrantes, nem turistas. Iam todos calados, um pouco apreensivos e tensos.

“Não conhecia ninguém, não me lembro de qualquer conversa. O que me lembro é de um enorme silêncio”, diz Filipe Rosas. “Não íamos descontraídos e por isso não falávamos uns com os outros”, confirma José Teles. Alguns aproveitaram para fechar os olhos e tentar dormir, uma rotina que a excitação dos dias anteriores quase não tinha permitido. Dormíamos

pouco e quando acordados, o que estávamos a viver parecia um sonho.

A ansiedade crescia à medida que o autocarro se aproximava de FUENTES DE OÑORO — em maiúsculas, como se lia na placa — a última povoação espanhola antes de se entrar em Portugal. Em sentido contrário, era a primeira terra estrangeira encontrada pelos portugueses que passavam a fronteira “a salto” na região de Vilar Formoso. Ia-se pelo meio de arbustos, num carreiro paralelo à linha férrea, e ao chegar a uma estrada alcatroada virava-se à direita. Ao fundo havia uma praça com um anúncio da Coca-Cola (marca proibida em Portugal) e uma tabuleta a indicar Ciudad Rodrigo.

Foi por ali que muitos portugueses saíram do país, rumo a França e onde houvesse trabalho e liberdade. Meio milhão — mais do que a população do Porto e quase tanto como a de Lisboa — estabeleceu-se na região parisiense. Pelas contas do historiador Victor Pereira, dos cerca de 900 mil portugueses que emigraram para França entre 1957 e 1974, “mais de metade saíram ilegalmente do país”.

“E se entrássemos a salto?!” , sugeriu um passageiro. “Foi assim que saí e ainda me lembro do caminho”. José Teles não esqueceu esse momento: “Sim, houve alguém que mandou para o ar essa boca. Lembro-me perfeitamente. Devo dizer que não achei muita piada. Na altura, a minha preocupação era que não déssemos nas vistas”.

Os líderes da ditadura e os seus ministros estavam presos; os presos políticos tinham sido libertados. A censura à imprensa acabara. Mário Soares e outros conhecidos opositores já haviam regressado do exílio. As novas autoridades ainda não tinham, contudo, amnistiado os milhares de cidadãos que se recusaram a participar na guerra colonial. Que aconteceu aos mandados de captura emitidos contra os desertores? Foram destruídos? Eram perguntas que palpitavam dentro de cada um, e no autocarro, naquele momento, ninguém sabia as respostas.

“Não muito longe da fronteira saíram duas pessoas” — lembra-se Filipe Rosas — “Penso que seriam membros de alguma organização clandestina e que teriam os seus próprios meios para entrar no país”. Mas a ideia de entrar “a salto” não pegou. Apesar de tudo, predominava a confiança.

Cumpridas as formalidades na fronteira de Fuentes de Oñoro, o autocarro avançou devagar até Vilar Formoso. Tinham passado 24 horas desde que saíramos do ‘foyer do Ayala’, no Boulevard Saint-Michel. Depois de uma direta, chegávamos finalmente onde queríamos chegar — Portugal. Era aí que queríamos estar desde que o Movimento das Forças Armadas derrubara o regime. Mas o momento decisivo, o que ficaria para sempre gravado na memória desse dia, ainda estava para vir.

Eram quase dez da noite. Não havia movimento. Não se via ninguém. O motorista manteve as luzes apagadas, esperando que viessem verificar os passaportes. Quem teria agora essa competência? Os militares? Agentes da antiga polícia política? A Guarda Fiscal? Fosse quem fosse, demoravam a aparecer. Os minutos pareciam horas. A espera e as dúvidas ampliavam a inquietação geral “Estava preocupado, claro”, diz Filipe Rosas. “Era uma pessoa referenciada e sabia que a polícia tinha mandado a minha fotografia para as fronteiras”.

Ao fim de algum tempo apareceu um soldado, sem arma. Subiu para o autocarro, em passo descontraído, e pediu ao motorista para acender as luzes. “Ora

boa-noite”, anunciou. “Boa-noite” em coro. Foi o primeiro militar de Abril que conhecemos. Olhando para a expectante plateia sentada à sua frente — um pelotão de jovens com os cabelos bastante mais compridos do que o regulamento de disciplina militar permitia — disparou: “Ena, pá! Por onde é que andaram? Vê-se logo que fugiram à tropa”.

Foi como se tivesse dito “Bem-vindos a casa, rapazes”. Abraçámo-nos uns aos outros.

“Ó meu furiel”, gritou o soldado em direção ao edifício da alfândega. “Tem de vir cá fora ver este pessoal”.

Houve mais abraços, trocaram-se cigarros Gauloises e Gitanes por Português Suave e outras marcas de tabaco portuguesas. Depois do soldado recolher os passaportes — um a um, sem olhar para as respetivas fotografias — ficámos de novo à espera. A ansiedade tinha diminuído, mas não desapareceu. “Alguém referiu que o oficial de serviço ia ligar para Lisboa, a pedir instruções”, conta Filipe Rosas.

O medo era uma experiência antiga, enraizada na memória coletiva. Salazar, a PIDE, a Censura, um pequeno chefe ou um simples capataz: havia muita coisa que metia medo. “O medo mal disfarçado, que nos tinha acompanhado toda a viagem, só começou a dissipar-se alguns minutos depois, quando nos devolveram os passaportes, todos carimbados, sem qualquer objeção”, recorda José Teles. O carimbo era o da Guarda Fiscal, e não da PIDE ou da DGS (Direção-Geral de Segurança), como acontecia antes. Data de entrada, escrita à mão: 30 de abril de 1974.

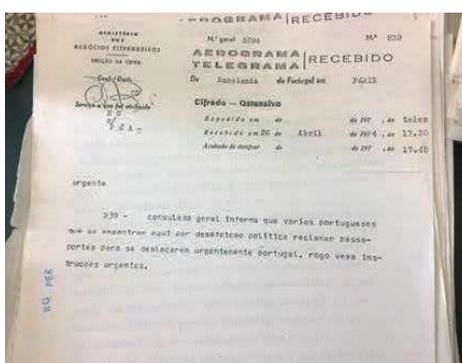
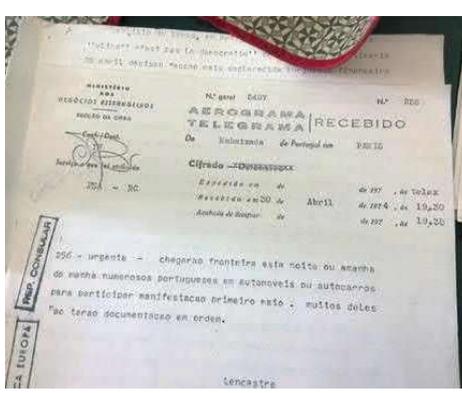
Carlos Ventura também ficou aliviado: “Aconteceu assim, mas podia ter acontecido de outra maneira. O oficial de serviço em Vilar Formoso não sabia o que fazer connosco. Acho que ele ainda ligou para Lisboa a pedir instruções, mas não havia normas definidas”.

Não teria instruções, mas provavelmente não estranhou a nossa chegada. Nesse dia, o embaixador Lencastre da Veiga já tinha alertado o MNE: “Chegarão esta noite ou amanhã de manhã numerosos portugueses em automóveis ou autocarros para participar na manifestação do primeiro maio. Muitos deles não terão documentos em ordem”. Não era o caso. Todos tínhamos passaportes válidos, alguns dos quais emitidos na véspera pelo Consulado de Paris e assinados por um chanceler com um apelido particularmente simbólico: Portugal, Fernando Raul Portugal.

Passada a fronteira, entrámos no primeiro restaurante à beira da estrada. Havia caldo verde pronto a sair. *Cuisine française*?! José Teles pediu “um bife com batatas fritas e ovo a cavalo”.

Eram onze da noite. O telejornal das 21h30 ainda estava no ar. Vimos a chegada a Lisboa de José Mário Branco, exilado em Paris desde 1963. José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Carlos Ary dos Santos e outros artistas foram esperá-lo ao aeroporto. “O que é que tu dizes, pá, finalmente aqui em solo português!?” — perguntou-lhe o repórter da RTP. “Era preciso vir aqui o mais depressa possível para viver no meio do povo este género de coisas”, respondeu José Mário Branco. E a seguir, a pedido do repórter, cantaram todos o ‘Grândola, Vila Morena’. A cena está no YouTube.

O que se passou naquele restaurante de Vilar Formoso não. Ninguém filmou, ainda não se tinham inventado os *smartphones* (telefones inteligentes) com que muitas pessoas registam hoje todos os passos da sua vida. Com os olhos agarrados ao pequeno ecrã, como se estivessem a seguir uma transmissão em



DIPLOMACIA Embaixada alerta diretamente o MNE sobre as novas movimentações dos portugueses em Paris

Em Portugal “não havia outra embriaguez senão a da alegria, nem outro alimento além da esperança”

direto, os clientes do restaurante — nós e os outros que lá estavam — juntaram-se ao coro que viam na televisão, a preto e branco. “Terra da fraternidade”... “Em cada esquina um amigo”... “O povo é quem mais ordena”. José Teles ficou convencido: “Já não havia mais dúvidas, afinal era verdade, Portugal acabava de dar uma volta de 180 graus”. Filipe Rosas sentiu o mesmo: “Acabou o fascismo. Independentemente do que viria a seguir, o fascismo tinha acabado”.

Já não tínhamos tanta pressa.

Antes de chegar a Lisboa parámos em Coimbra, junto à estação ferroviária. “Houve alguém, do Porto, que saiu ali”, lembra-se Filipe Rosas. Atravessámos a cidade de madrugada. As poucas pessoas ainda na rua colavam cartazes sobre o 1º de Maio. “Viva a liberdade”, gritávamos. “Viva”, respondiam e acenavam.

O sol estava a nascer quando entrámos na atual A1. A principal autoestrada do país tinha apenas 35 quilómetros de extensão: 25 de Lisboa até Vila Franca de Xira, e dez na outra extremidade do percurso, entre Porto e Carvalhos. Era assim no início dos anos

sessenta e assim continuava, há mais de uma década. A guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique, que se arrastava há 13 anos, consumia quase metade do orçamento do Estado.

Com o Tejo ao fundo, a correr para o oceano, o fim da viagem estava à vista. Era 1 de maio, 1974 — o primeiro 1º de Maio livre desde há quase meio século, o que para a esmagadora maioria dos portugueses significava desde sempre.

Milhares de pessoas foram para a rua celebrar. Eram muitos milhares, talvez um milhão. Parecia de facto toda a gente, a cidade inteira e os arredores. Os que ficaram em casa estavam à janela saudando quem desfilava. “Uma explosão de alegria”, de norte a sul do país, disse um jornal. Metade da atual população portuguesa, já nascida depois do 25 de Abril, não imaginará o que foi. “Todas as lojas, os restaurantes e os cafés estavam fechados, mas ninguém pensava em beber (...) Não havia outra embriaguez senão a da alegria, nem outro alimento além da esperança (...) Ao longo de quilómetros e quilómetros comprimiam-se multidões imensas, felizes”, escreveu a repórter Collete Braeckman, do diário belga “Le Soir”.

As tipografias também fecharam no “Dia do Trabalhador”, instituído pela junta como “feriado nacional obrigatório”. Dois dias depois saiu a notícia que muitos aguardavam: os desertores e refratários foram amnistiados. Embora não ficassem isentos do serviço militar, podiam regressar. “São cada vez mais numerosos aqueles que pretendem voltar rapidamente a Portugal (...) A tendência, nos meios políticos portugueses de Paris, é, portanto, para o regresso imediato”, relatou o correspondente do “Diário de Lisboa”. A guerra colonial não tinha acabado, mas também nessa frente as mudanças iriam ser rápidas. Um antigo exilado em França, Mário Soares, era agora ministro dos Negócios Estrangeiros. Em junho de 74 o Movimento das Forças Armadas decretou o cessar-fogo nas três colónias em guerra e no mês seguinte Spínola acabou por lhes reconhecer o direito à independência.

Carlos Ventura, Filipe Rosas e José Teles não voltaram a encontrar-se. Profissional e politicamente, cada um seguiu o seu caminho. Os dois primeiros seguiram até caminhos opostos: naturopata, Carlos Ventura dedicou-se às chamadas medicinas naturais; o médico anestesista Filipe Rosas fez toda a sua carreira no serviço público convencional, tendo chegado a diretor clínico do Hospital de Santarém. José Teles concluiu o curso de Direito, mas exerceu a advocacia por pouco tempo. Trabalhou na RTP e em vários jornais, entre os quais o extinto “Semanário”, fundado pelo atual Presidente da República em 1983, e foi como jornalista que se reformou. Carlos Ventura define-se como “um homem de esquerda”, mas realça que o seu voto “tem mudado ao longo dos tempos”. A ecologia, que descobriu e abraçou no exílio, continua a ser a sua “grande causa”. Filipe Rosas, irmão do historiador Fernando Rosas, é militante do Bloco de Esquerda. José Teles diz-se “próximo do PS”.

Adolfo Ayala, o homem que nos juntou naquele autocarro, morreu em 1994. Cinco anos antes, o seu amigo Mário Soares, Presidente da República, condecorou-o com a Ordem da Liberdade. Depois de regressar a Portugal só o encontrei uma vez. Foi no Rossio, por acaso. Estava como sempre o conheci: caloroso e fraterno. A meio da conversa perguntei-lhe se tinha voltado a Paris. Ayala riu-se: “Eu?! Já não quero sair daqui”. Exílio nunca mais! ●